

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PESCADORES ARTESANAIS SOBRE O TERRITÓRIO PESQUEIRO DE ARRAIAL DO CABO – RJ

SOCIAL REPRESENTATIONS OF ARTISAN FISHERMEN ABOUT THE FISHING TERRITORY OF ARRAIAL DO CABO – RJ

REPRESENTACIONES SOCIALES DE LOS PESCADORES ARTESANOS SOBRE EL TERRITORIO DE PESCA DE ARRAIAL DO CABO – RJ

Patricia Ortiz Monteiro

E-mail: patricia.ortiz@unitau.br | Orcid.org/0000-0002-2944-9050

André Felipe Costa Santos

E-mail: andrefelipecostasantos@gmail.com | Orcid.org/0000-0002-6139-5603

Ana Lucia Muniz Baptista Uchôa

E-mail: analucia.mbuchoa@gmail.com | Orcid.org/0000-0001-6793-3997

Maria Regina Menezes Alves

E-mail: regiogeda@gmail.com | Orcid.org/0000-0001-9623-882X

Como citar este artigo:

MONTEIRO, Patricia Ortiz; SANTOS, André Felipe Costa; UCHÔA, Ana Lucia Muniz Baptista; ALVES, Maria Regina Menezes. Representações sociais de pescadores artesanais sobre o território pesqueiro de Arraial do Cabo – RJ. **Desafios. Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**. Palmas, v. 12, n. 6, p. 75-99, 2025. DOI: https://doi.org/10.20873/2025_out_176104 75

ABSTRACT:

This research aimed to analyze the social representations of artisanal fishermen on the fishing territory of the municipality of Arraial do Cabo, in the state of Rio de Janeiro, Brazil, based on the theoretical-methodological articulation of the Theory of Social Representations - developed by Serge Moscovici in 1961 - together with studies of maritime anthropology. To produce the data, 15 artisanal fishermen were interviewed and to help with the data analysis, an adaptation of the Content Analysis – M. Franco was launched. The results reveal the emergence of three complementary categories: Life Story; Characterization of Artisanal Fishing; Fishing Territory. Then, through the interpretation of these categories, evidence was found that the fishing territory is possibly represented by the investigated group based on three markers: Constitutive space of identity; Desktop; Place of abandonment by the State and the Colony of Fishermen. In addition, the results point to the need for effective policies and actions that value and protect fishing territories, as well as the well-being and rights of artisanal fishermen, promoting sustainable and equitable management of marine resources.

KEYWORDS: *Social Representations; Traditional Communities; Artisanal Fishing; Fishing Territory.*

RESUMO:

Esta pesquisa objetivou analisar as representações sociais dos pescadores artesanais sobre o território pesqueiro do município de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, a partir da articulação teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais - desenvolvida por Serge Moscovici em 1961 - junto aos estudos da antropologia marítima. Foram entrevistados 15 pescadores artesanais no momento de coleta dos dados, os quais foram escrutinados por meio de adaptação da Análise de Conteúdo – M. Franco. Os resultados revelam a emergência de três categorias complementares: História de Vida; Caracterização da Pesca Artesanal; Território Pesqueiro. Seguidamente, mediante a interpretação dessas categorias, verificou-se evidências que o território pesqueiro é representado pelo grupo investigado a partir de três marcadores: Espaço constitutivo da identidade; Ambiente de Trabalho; Lugar do abandono do Estado e da Colônia de Pescadores. Além disso, os resultados apontam para a necessidade de políticas e ações efetivas que valorizem e protejam os territórios pesqueiros, bem como o bem-estar e os direitos dos pescadores artesanais, promovendo uma gestão sustentável e equitativa dos recursos marinhos.

PALAVRAS CHAVE: *Representações Sociais; Comunidades Tradicionais; Pesca Artesanal; Território Pesqueiro.*

RESUMEN:

Esta investigación tuvo como objetivo analizar las representaciones sociales de los pescadores artesanales en el territorio de pesca del municipio de Arraial do Cabo, en el estado de Río de Janeiro, Brasil, a partir de la articulación teórico-metodológica de la Teoría de las Representaciones Sociales - desarrollada por Serge Moscovici en

1961 - junto con estudios de antropología marítima. Para producir los datos, se entrevistó a 15 pescadores artesanales y para ayudar con el análisis de datos, se lanzó una adaptación del Análisis de Contenido – M. Franco. Los resultados revelan el surgimiento de tres categorías complementarias: Historia de Vida; Caracterización de la Pesca Artesanal; Territorio Pesquero. Luego, a través de la interpretación de estas categorías, se encontró evidencia de que el territorio pesquero posiblemente esté representado por el grupo investigado a partir de tres marcadores: Espacio constitutivo de la identidad; Ambiente de trabajo; Lugar de abandono por parte del Estado y la Colonia de Pescadores. Además, los resultados apuntan a la necesidad de políticas y acciones efectivas que valoren y protejan los territorios de pesca, así como el bienestar y los derechos de los pescadores artesanales, promoviendo la gestión sostenible y equitativa de los recursos marinos.

PALABRAS CLAVE: Representaciones Sociales; Comunidades Tradicionales; Pesca Artesanal; Territorio de pesca.

INTRODUÇÃO

No Brasil, há pouco tempo a apropriação social dos recursos do mar vem recebendo atenção. A zona costeira, por muito tempo, foi compreendida e tratada como espaço vazio, ainda que fosse habitada por populações tradicionais (DIEGUES, 1983). Somente há aproximadamente quatro décadas essas populações se tornaram socialmente mais visíveis, como culminância das ações desenvolvidas em prol da organização de movimentos de resistência frente às expulsões de suas áreas costeiras (restingas, manguezais, estuários, entre outros) muito valorizadas e inclusive, em grande parte, destruídas pela especulação imobiliária.

Para efeitos de identificação e criação e efetivação de políticas públicas, o Governo Federal reconhece o grupo de pescadores artesanais sob a denominação de povos e comunidades tradicionais. De acordo com o Decreto 6040, de 2007, os povos e comunidades tradicionais constituem grupos reconhecidos como culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social que se entrelaçam à própria dinâmica do ambiente, pois “(...) ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

A pesca artesanal brasileira possui numerosas definições e especificidades, pois são levadas em consideração as questões ambientais, sociais, econômicas e políticas de cada localidade onde é praticada. O artigo 8º da Lei Federal nº 11.959/09, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras, entende como pesca artesanal: “(...) aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009).

Segundo Diegues (2004, pág. 32), a pesca artesanal consiste em “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. Para o autor, os pescadores artesanais podem ser compreendidos como aqueles que trabalham sozinhos ou em conjunto com a família, cujas embarcações e aparelhagens utilizadas são bastante rudimentares, sendo muitas dessas fabricadas a partir de espécies vegetais.

Dessa forma, a pesca artesanal não se restringe, tão somente, à atividade de busca do peixe, mas também implica em “uma construção de relações sociais na terra e no mar, marcadas pela identidade, mas também por conflitos e contradições”

(KUHN E GERMANI, 2008, pág. 6). Pode-se dizer, portanto, que a pesca artesanal envolve um complexo sistema de interação com o ambiente e é fundamentada em um aprofundado conhecimento dos pescadores acerca dos recursos (suas variedades, seus ciclos reprodutivos, seus hábitos e *habitats*) e das formas de manejo apropriadas (DUMITH, 2019).

Silva (2004) destaca que a transmissão dos conhecimentos dos pescadores artesanais sobre as condições ambientais, a localização das áreas e as épocas de melhor pescaria, bem como sobre o manejo das embarcações e dos instrumentos de pesca, se dá basicamente de forma oral, de geração em geração. Os saberes transmitidos variam conforme as artes de pesca e a experiência que cada um possui, mas o meio pelo qual esses saberes se propagam é, substancialmente, pela oralidade.

Segundo publicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO (2020), em documento que oferece diretrizes sobre o plano de manejo para a reserva extrativista de Arraial do Cabo, o pescador artesanal de Arraial do Cabo, foco desta análise, pode ser definido como:

aquele que espera o peixe chegar”, guarda e transmite seu conhecimento tradicional dos territórios de pesca nomeando cada costão, porção de praia e pesqueiro, preservando sua cultura: confecção de petrechos de pesca, reforma e construção de embarcações e beneficiamento de pescados em íntima relação com o ecossistema local, seguindo os ritmos das marés, os ciclos da lua e do vento (ICMBIO, 2020, pág.13).

Santos (2021) ressalta a distância epistemológica que existe entre os saberes científicos e os saberes dos conhecimentos tradicionais a respeito da relação do homem com a natureza. Para os pescadores artesanais, que concebem a natureza de forma holística e integral, essa relação é profunda, não somente uma experiência de apreciação, como se a natureza apresentasse opções de cenários a serem consumidos, visão bastante comum entre visitantes e turistas em busca de sol e praia. Diferentemente, como afirma Maldonado (2000), os pescadores atribuem inúmeros significados ao espaço e à territorialidade, categorias definidas nas atividades de pesca: água, terra e ar. Dessa forma, apesar da indivisibilidade, o espaço marinho, marcado por elementos simbólicos e representacionais, não é homogêneo para os pescadores: nesse espaço, existem delimitações sobre pontos de pesca, sejam a partir de rotas e caminhos influenciados por fenômenos naturais como os ciclos das marés e das luas ou a reprodução dos peixes, seja ainda pela cultura dos grupos de pescadores.

Segundo Diegues (2007), a apropriação social do mar ocorre dentro dos limites da territorialidade, meio pelo qual os pescadores “marcam” áreas que usam na pesca,

algumas das quais são apropriadas de forma comunitária. A territorialidade marinha é circunscrita, portanto, não somente segundo elementos objetivos do meio-físico a ser explorado, mas igualmente das relações histórico-culturais estabelecidas socialmente entre os sujeitos e os agrupamentos que utilizam e vivenciam tal espaço. Para muitas comunidades de pescadores, o mar apresenta marcas de propriedade, geralmente em pesqueiros produtivos descobertos e guardados em segredo (DIEGUES, 2007).

Decorrente desse processo das territorialidades, Maldonado (2000) explica que os pescadores dividem o espaço marinho a partir das finalidades produtivas em “zonas de pesca”, “pesqueiros”, “pedras”, entre outras denominações peculiares e, muitas vezes, as rotas e as localizações são mantidas em segredo por eles.

Contemporaneamente, observa-se certa desorganização social em várias comunidades de pescadores, o que leva, muitas vezes, ao abandono dessas práticas; em outros casos, porém, essa tendência marítima ainda funciona e pode desempenhar um papel importante na conservação dos recursos marinhos (DIEGUES, 2007).

Considerando o exposto, a presente investigação objetivou analisar as representações sociais¹ dos pescadores artesanais sobre o “território pesqueiro” do município de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil². Para tanto, lançou-se mão da articulação teórico-metodológica da Teoria das Representações Sociais - desenvolvida por Serge Moscovici em 1961 - junto aos estudos da antropologia marítima encabeçados por Diegues (2007; 2004; 1995).

A Bacia de Campos e o Município de Arraial do Cabo

O município de Arraial do Cabo, pertencente ao estado do Rio de Janeiro, é conhecido como a capital do mergulho e do pescado, pois na região dos lagos onde ele está situado, ocorre um fenômeno oceanográfico específico denominado ressurgência. Este fenômeno consiste no afloramento de águas subsuperficiais mais frias e ricas em nutrientes, para camadas superficiais no oceano, o que resulta na manutenção do estoque de pescado e da produção pesqueira, razão pela qual, Arraial do Cabo abriga muitas comunidades pesqueiras da região dos lagos.

Pelo exposto da Lei Municipal nº 1804, de 07 de maio de 2013, que está em vigor desde a data de sua publicação, a pesca artesanal praticada em Arraial do Cabo é considerada como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. O artigo 1º dessa lei

¹ O presente artigo parte do entendimento que as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

² O uso ocasional de aspas na expressão “território pesqueiro” denota o sentido de categoria analítica, fruto das representações sociais dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo que participaram desta pesquisa.

(ARRAIAL DO CABO, 2013) integra a pesca artesanal praticada no município ao Patrimônio Histórico e Cultural, de natureza imaterial, e o artigo 2º define a pesca artesanal como sendo:

aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas (ARRAIAL DO CABO, 2013).

Apesar do exposto, muitos são os fatores decorrentes da ação antrópica que contribuem para as modificações nos estoques pesqueiros e, consequentemente, da atividade pesqueira artesanal. Como principais desafios decorrentes das ações antrópicas sobre a atividade pesqueira na zona costeira estão: a poluição agrícola por fertilizantes e agrotóxicos; a poluição industrial e urbana; a destruição de matas ciliares e o consequente aumento da turbidez e do material em suspensão que impacta os recifes de coral e a produtividade primária; a ocupação desordenada da orla marítima, na maior parte das vezes em áreas de manguezais, dunas e restingas; as atividades de mineração com contaminação de metais pesados; e a descaracterização das próprias comunidades pesqueiras (SILVA, 2014).

No contexto específico do município de Arraial do Cabo, além da pesca industrial, são consideradas ameaças relevantes: a ocupação do território, as atividades portuárias, as construções e muros nos costões, a restrição de usos tradicionais na ilha do Farol, as atividades sísmicas oriundas da exploração de petróleo e o turismo náutico desordenado (ICMBIO, 2020).

A Bacia sedimentar de Campos estende-se do município de Vitória (no estado do Espírito Santo) até Arraial do Cabo (no Rio de Janeiro) e destaca-se no cenário nacional como grande produtora de petróleo e gás natural (MESQUITA, 2021). Por ser o maior reservatório de petróleo e gás do Brasil, concentra a maior parte dos investimentos do setor petrolífero, correspondendo a mais de 80% de toda a produção *offshore* (CAMPOS et. al., 2018). A liderança cabe à Petrobras, que divide espaço com mais seis grandes corporações privadas do setor petrolífero, configurando um ambiente complexo, marcado por conflitos, e pela “(...) alta competitividade que estas grandes corporações convivem com as comunidades pesqueiras. Atuam nas plataformas *offshore*, a cerca de 100 km da costa, mas impactam a atividade pesqueira de forma direta” (CAMPOS et al., 2018, p. 78).

Os pescadores artesanais são impactados por todas essas atividades, principalmente pelo setor de petróleo e gás, e por esse motivo são também o público-alvo de uma série de projetos coordenados por essas empresas como forma de mitigação ambiental (CAMPOS et al., 2015). Entretanto, apesar desses projetos de mitigação de impactos, constata-se falta de credibilidade na Petrobras, no IBAMA e no Instituto Estadual do Ambiente (INEA), além da descrença no poder público e nas entidades representativas, como as colônias e associações de pesca, e nos próprios pescadores (PEA, 2015).

METODOLOGIA

Este artigo apresenta recorte de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório-descritivo (GIL, 2002), desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2021 no município de Arraial do Cabo, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Este *lócus* da pesquisa assumiu primazia no estudo das representações sociais do “território pesqueiro” uma vez que, historicamente, tal espaço foi ocupado por indígenas guaranis e tamoios, que já empregavam a pesca como um dos elementos para sua subsistência, fato que explica a caracterização do município como vila de pescadores até meados do século XX (PEREIRA, 2010). Nesse sentido, “território pesqueiro”, enquanto objeto representacional investigado, situa-se em um “ambiente de pensamento” - “atmosfera social e cultural” (MOSCOVICI, 2010) - na qual, possivelmente, os pescadores artesanais gozam de repertórios/arcabouços de conhecimentos elaborados e compartilhados no tempo histórico da sua cotidianidade, albergando valores, crenças e complexos elementos simbólicos.

Aditivamente, o estudo do “território pesqueiro” nessa cidade chama a atenção em virtude da criação da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo (Resexmar-AC) em 1997, cujo objetivo era preservar o modo de vida dos pescadores tradicionais, beneficiando as gerações presentes e futuras, promovendo a conservação dos ecossistemas e proporcionando oportunidades de emprego e renda através de outras atividades tradicionais de forma equitativa (ICMBIO, 2020). A reserva comprehende uma área total de 51.601,46 ha., como ilustrado na figura a seguir:

Figura 1. A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha do Arraial do Cabo



Fonte: ICMBIO, 2020.

Atualmente, a prática da pesca artesanal distribuída no território pesqueiro de Arraial do Cabo caracteriza-se por grupos de pescadores que desenvolvem, artesanalmente, embarcações e diferentes artefatos para o trabalho com a pesca. De acordo com Mesquita (2021), o município possui cinco comunidades pesqueiras, sendo que as comunidades de Monte Alto e Figueira são aquelas onde predominam a pesca de interior - em torno da laguna de Araruama, que banha aproximadamente metade do município.

A pesquisa que deu ensejo à discussão apresentada neste artigo contou com a participação voluntária de 15 pescadores artesanais, dos quais 14 se identificaram como sendo do sexo masculino e 1 do sexo feminino, com idade média de 42 anos. Conforme resolução do CEP/CONSEP, esta pesquisa não preconizava registro ou avaliação por Comitê de Ética, contudo, em respeito às boas práticas da pesquisa científica, todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e deram seu consentimento, sendo-lhes assegurados completo sigilo e anonimato, com a opção de retirar sua participação a qualquer momento.

Empregou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada individual, organizada a partir da articulação teórica da Teoria das Representações Sociais - TRS e de referenciais atinentes ao objeto investigado; desta forma, o roteiro de entrevista foi organizada com o total de 14 questões que versavam em torno de três dimensões analíticas complementares: o pescador (1); a pesca artesanal (2); o “território pesqueiro” de Arraial do Cabo (3).

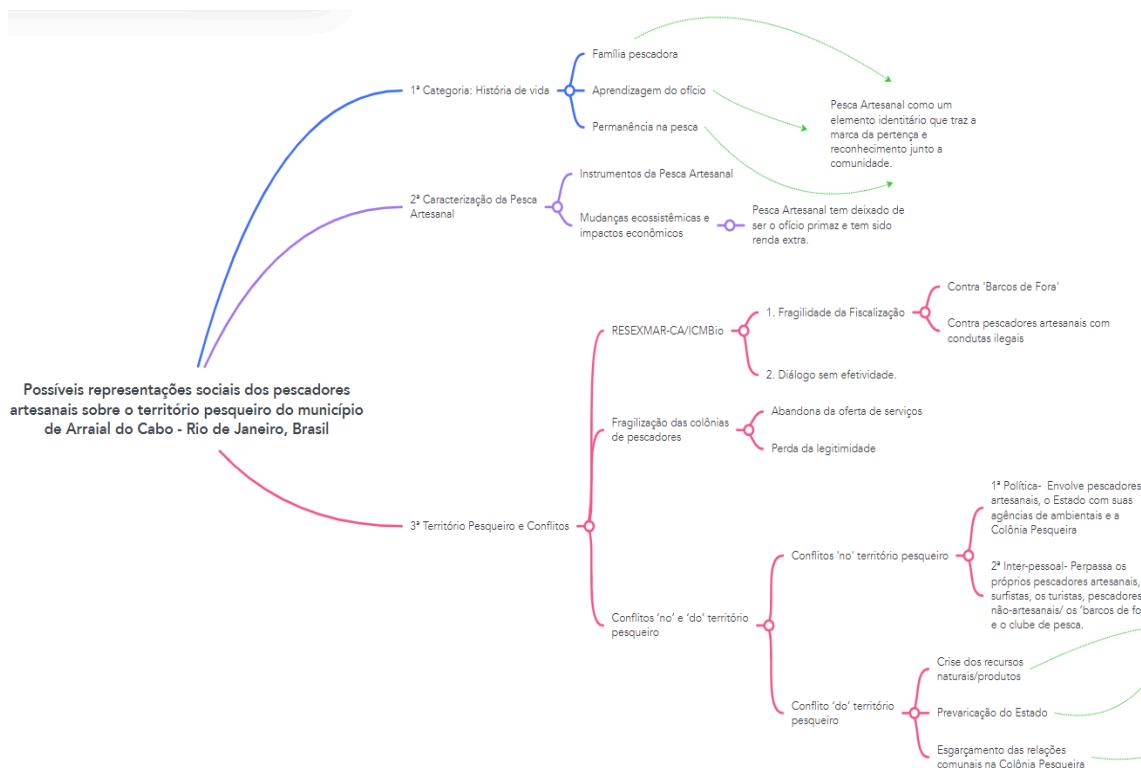
Para auxílio na análise dos dados, lançou-se mão da adaptação da Análise de Conteúdo proposta por Franco (2018) e, a partir da categorização dos dados, foram elaborados mapas mentais esquemáticos visando uma melhor inteligibilidade da organização dos possíveis marcadores representacionais que os pescadores artesanais mobilizam a respeito do “território pesqueiro” de Arraial do Cabo. Nesta linha, os

dados foram analisados à luz da articulação teórico-metodológica da TRS junto aos estudos da antropologia marítima.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por intermédio da análise dos dados, verificou-se a cristalização de três categorias complementares - *1^a História de Vida; 2^a Caracterização da Pesca Artesanal; 3^a “Território Pesqueiro” e Conflitos* -, tal como sistematizado na figura a seguir:

Figura 2. Mapa Esquemático a partir das categorias estabelecidas.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

1^a Categoría: História de vida

Nesta primeira categoria, evidencia-se um conjunto de registros representacionais que trazem à baila a história de vida dos pescadores artesanais em torno de três classes: *Família pescadora; Aprendizagem do ofício; Permanência na pesca*.

No que diz respeito à primeira classe, depreende-se que o grupo investigado afirma ter sido formalmente apresentado ao ofício da pescaria aproximadamente a partir dos 11 anos de idade, por intermédio dos seus familiares, em especial pais, tios e avós. Do ponto de vista psicossocial (DOISE, 1992), verifica-se que a pesca não apenas é retratada como um meio de subsistência/emprego ou fonte de renda, mas

também desempenha um papel importante na conformação da identidade coletiva dos pescadores, uma vez que os saberes, os códigos e as práticas da lida foram sendo transmitidos de forma intergeracional. Assim, denota-se que a pesca artesanal é tomada como elemento de pertencimento e reconhecimento (DESCHAMPS e MOLINER, 2009) dentro da comunidade de pescadores, pois são compartilhados cotidianamente conhecimentos, experiências e desafios específicos ligados ao modo de vida no mar. Como ilustram os fragmentos a seguir³:

Eu comecei pescando junto com o meu pai, eu comecei pescando ele ia e eu acompanhava, daí eu fui aprendendo, fui crescendo e fui aprendendo tudo o que ele fazia, aí fiquei depois também no comando. Aí ele foi, ficou eu tomando conta das canoas que ele tomava conta. (P1)

Isso vem de berço, vem de família, eu me orgulho mesmo de ser pescador. (P6)

Eu acompanhava minha mãe, minha mãe vinha muito acompanhar aqui o arrastão na época, desde os nove anos mais ou menos eu fui aprendendo a acompanhar e fazer a pesca, tomando conhecimento da pesca e fui vendo a pesca artesanal e até hoje. (P7)

Por outro lado, a partir de Diegues (2007), é possível sublinhar que o conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades e saberes transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. No caso das comunidades costeiras, ele é constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o ambiente aquático e com a própria sociedade.

De modo associado a essa relação Identidade-Conhecimento-Pesca, constata-se na segunda classe - *Aprendizagem do ofício* - que embora grande parcela dos entrevistados atribua ao grupo familiar a alcunha de principal transmissor dos conhecimentos da pesca, paralelamente, eles revelam terem aprendido a pescar a partir da “*brincadeira*”. Entre os registros que apontam a aprendizagem da pesca como “*brincadeira*”, nota-se que, por vezes, esse termo foi evocado estando associado ao reconhecimento de uma “necessidade”/contingência financeira que o entrevistado pontuou passar em seu lar; isto é, o termo “*brincadeira*” parece apontar para uma

³ Para efeito de destaque do texto, as passagens com citações extraídas das entrevistas realizadas com o grupo de pescadores serão apresentadas em itálico, e as formas de identificação dos participantes, considerando o sigilo e o anonimato, serão P1, P2, P3 como abreviação de Pescador 1, Pescador 2, Pescador 3, e assim sucessivamente. Além disso, estão mantidas fidedignamente todas as marcas de oralidade, em respeito às falas dos entrevistados.

forma camuflada de dourar o trabalho infantil, haja vista que as sentenças agrupadas nesta classe relatam a relação da pesca na infância, bem como registram outras circunstâncias de vulnerabilidade social.

Sobre isso, as considerações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não são muito diferentes, pois estima-se que cerca de 60% das crianças entre 5 e 17 anos envolvidas em trabalho infantil estão atuando nos setores agrícola ou extrativista em todo o mundo. Isso representa aproximadamente 129 milhões de crianças que se dedicam a atividades como agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca ou piscicultura. Embora a maioria dessas crianças seja do sexo masculino (62%), é importante destacar que as meninas geralmente enfrentam a sobrecarga do trabalho doméstico combinado com outras formas de atividade (OIT, 2020).

Não obstante, emergem igualmente registros que indicam que a transmissão dos conhecimentos sobre a pesca no grupo investigado deu-se de forma lúdica, não sistematizada e oralizada. Como ilustram os fragmentos:

Comecei brincando no meio da praia, né? (P1)

*Ninguém me ensinou, eu aprendi por **necessidade** e por olhando e estar brincando por ali. Matar um peixinho só para brincar mesmo e levar para casa. [grifo nosso] (P12)*

Com base nesses trechos, depreende-se que a *aprendizagem do ofício* da pesca, segundo os pescadores investigados, ocorreu, preponderantemente, de maneira não sistematizada a partir da partilha de experiências vividas e sociais (JODELET, 2017). Segundo Jodelet (2017), a experiência vivida refere-se à forma como as pessoas experimentam uma situação em seu âmbito pessoal e como elaboram, por meio de processos psicológicos e cognitivos, as consequências positivas ou negativas dessa situação, bem como das relações e ações que surgem nela. Por outro lado, a experiência social é estruturada pelos contextos em que dada situação/fato/ocorrência é enunciado e comunicado.

Além disso, a *aprendizagem do ofício* da pesca também se deu atrelada a conhecimentos oriundos do seu agrupamento familiar, especialmente pelo desenvolvimento de uma *expertise laboral* tácita no decorrer da sua trajetória, por meio da observação e da convivência diária junto à natureza marítima e às relações sociais estruturadas na comunidade pesqueira. Nesta perspectiva, a partir dos estudos acerca da constituição histórica das representações sociais nos agrupamentos (VILLAS BÔAS, 2010; MARKOVÁ, 2017), é possível sublinharmos que esses pescadores, ao representarem socialmente o “território pesqueiro”, ecoam a voz da tradição, das memórias, dos valores, das vidas e das trajetórias que presenciaram e presenciam as modificações do ambiente marítimo enquanto *lócus* laboral e da pesca

como uma prática social perpassada por vínculos afetivos e a compreensão sobre o “Ser pescador”.

No que diz respeito à terceira classe - *Permanência na pesca* - observa-se que, embora haja consenso entre os entrevistados sobre o sentimento de orgulho e prestígio associados ao ofício da pesca, eles apresentam opiniões dissonantes quando avaliam sua continuidade nesse emprego. Parcada dos entrevistados expressa que, apesar das adversidades e da natureza sazonal da pesca artesanal, nunca desejaram abandonar a profissão. No entanto, há também aqueles que ressaltam que, apesar de a pesca ter proporcionado o sustento e a sobrevivência de suas famílias, não desejam que as próximas gerações sigam os passos deles nesse ofício. Isso fica evidente nos trechos a seguir:

Nunca, nunca pensei em desistir. Eu criei meus filhos na pescaria, fiz casa para mim na pescaria, dei uma casinha para cada um na pescaria, tudo com dinheiro na pescaria. Eu trabalhei na prefeitura um ano, não chegou nem um ano, eu entrei em um ano perto da eleição aí o outro prefeito entrou e me tirou, e eu fiquei na pesca direto e até hoje criei os filhos na pescaria, criei os neto e um ta até pescando hoje. (P1)

Já pensei em desistir. Muito. Muito. Eu luto para os meus netos não serem pescador, não me desfazendo da classe porque é a classe que eu sempre vou honrar, classe que eu tenho orgulho de ser pescador, eu sou pescador, entendeu? Amo a pesca, entendeu? Mas do jeito que tá as condições, se hoje dissesse: você quer ser pescador? Não mais. (P2)

Hoje a pesca está ficando um pouco para trás, hoje a cidade está mais evoluída para o turismo é muito passeio de barco, muitos estão migrando da pesca para o turismo estão deixando de pescar ir para o turismo, está crescendo de uma forma... (P11)

Complementando a análise desses fragmentos, denota-se que o conhecimento tradicional da pesca ainda parece estar sendo transferido dos pais para os filhos e dos filhos para os netos, mas há pescadores que buscam empregos também em outras áreas (como construção civil e turismo, por exemplo) no intuito de complementar a renda familiar.

Vale ressaltar que, segundo o Censo PEA Pescarte, realizado em 2015, na Bacia de Campos, a desigualdade de renda entre os pescadores é marcante, pois a metade dos pescadores (50%) recebe apenas 26,48% de toda a renda produzida durante o mês (MESQUITA, 2021). Mesquita (2021) destaca a situação no mercado de trabalho, explicitando que 71% dos pescadores da Bacia de Campos são trabalhadores

autônomos, sob as denominações de parceiro, camarada, sociedade, produção, dono de canoa. Além disso, está presente como ocupação principal a profissão de pescador(a) camarada, que traduz a relação estabelecida entre os parceiros ou companheiros de ofício.

Conforme explica Dumith (2019), para que o pescador seja considerado pescador profissional artesanal no Brasil, precisa se cadastrar no Registro Geral da Pesca (RGP). Com esse registro, o pescador pode, inclusive, ter acesso aos programas sociais do Governo Federal, como microcrédito, assistência social e o seguro defeso (no valor de um salário mensal que é pago nos meses em que é proibida a pesca para proteger a reprodução de peixes, lagostas e camarões).

2^a Categoria: Caracterização da Pesca Artesanal

Nesta segunda categoria, verifica-se um conjunto de registros representacionais que apontam para a caracterização da pesca artesanal em torno de duas classes: *Instrumentos da Pesca Artesanal; Mudanças ecossistêmicas e impactos econômicos*.

Na primeira classe - *Instrumentos da Pesca Artesanal* - denota-se a aglutinação de características da pesca artesanal que evidenciam os instrumentos/ferramentas laborais que os pescadores aprenderam e desenvolveram cotidianamente de modo individual e coletivo. Nesse âmbito, são mencionados: *a pesca em rede, anzol, tarrafa, o sarico* e outros utensílio, como ilustram os fragmentos:

A nossa que é uma pesca artesanal, Canoas ou gente pescando em pedra com tarrafa, de acordo com o peixe da época. Esses são os apetrechos que usam, o barco canoa de remo e mais dois botões na rede para a gente poder fazer o cerco. (P13)

Uma canoa, a gente põe a rede no mar, espera o peixe entrar por uma hora, duas horas, depois a gente puxa e o que vim vem o que não vim fazer o quê, paciência. (P14)

Combinando esses registros com os dados reunidos na 1^a Categoria - *História de vida* - compreende-se que o “território pesqueiro” - enquanto objeto representacional - ao mesmo tempo em que é inscrito e circunscrito simbolicamente pelas relações sociais que retroalimentam a identidade dos pescadores artesanais, é composto, igualmente, pela memória/menção de rudimentos materiais/concretos que mediam e tecem a realidade social (BERGER; LUCKMANN, 1985) desse grupo. Assim, é válido notar que ao mencionarem as ferramentas empregadas para a pesca

artesanal, os entrevistados, paralelamente, sublinham elementos que inscrevem as suas práticas sociais⁴ (ABRIC, 1994; MOLINER, 2001).

Por seu turno, a segunda classe - *Mudanças ecossistêmicas e impactos econômicos* - revela a avaliação crítica dos pescadores ao refletirem sobre a pesca artesanal antigamente e hoje. Conforme os registros depreende-se que diante do reconhecimento dos pescadores a respeito das modificações da vida costeira e marinha - especialmente, escassez dos pescados - e das complicações financeiras decorrentes dessas modificações, paralelamente, a pesca artesanal vem deixado de ser o ofício primaz deles, haja vista que ela não tem assegurado plenamente a sua subsistência - tal como forma mencionado na classe da “*Permanência na pesca*” da 1^a Categoría: *História de vida*, como ilustram os fragmentos:

É porque antigamente você pescaria à vontade, você pescaria... em todas as praias, era difícil você não trazer seu peixe para casa, para alimentar. Hoje você vai na praia 3 meses, 4 meses e não leva um peixe para casa nem pra você se alimentar. (P3)

Antigamente tinha muito peixe hoje tá escasso. A pescaria é mais no verão ou na pescaria de Tainha, mas a pescaria caiu muito, muita coisa mesmo. (P4)

Ta pior... hoje tá pior... do jeito que a gente está pescando hoje está pior. Pouco peixe né, matava mais antes. (P5)

Com base nesse dado, é interessante observar que esse reconhecimento das mudanças nos ecossistemas e os impactos econômicos oriundos dessas modificações, igualmente, cristalizam-se como um dos elementos simbólicos que compõem o contexto psicossocial das representações sociais do “*território pesqueiro*” para o grupo investigado. Isto é, essa diáde mudança/impacto (BEN ALAYA, 2020; MARKOVÁ, 2017) fia-se como um pano de fundo que repercute dialogicamente como esse grupo social situa o “*território pesqueiro*”, considerando as suas contingências e conflitos cotidianos e laborais.

Por outro lado, Diegues (2007) relata que são os saberes tradicionais que tornam possível a divisão do mar em “partes”, onde a pesca é praticada sem ferir os direitos de outros pescadores e onde se estabelece a lei do respeito. No entanto, o autor alega que essa territorialização do mar se faz também com conflitos e intrigas, entre os próprios pescadores, o que é atestado conforme os relatos:

Olha sempre teve regra para a pesca, mas hoje alguns pescadores não estão cumprindo não. Sempre teve. Aqui era três canoas por

⁴ Conforme Abric (1994), as práticas sociais definem-se como sistemas de ação socialmente estruturados e instituídos em relação com os papéis e, também, como um conjunto de condutas finalizadas pelos e para os grupos.

dia, olha: uma pescava aqui desse caminho aqui até a ponta lá; aí daqui até lá onde tem o salva vida era outra canoa; e dali do salva vida para lá naquela ponta era outra canoa; era por ordem e ninguém podia mexer quando a turma do dia tava ali. (P3)

De quatro a cinco dias na semana, pesco da praia dos anjos para fora, É, nós temos os pesqueiros certos para pescar que é a ponta do focinho, abotoador, por aí... a casa da Maria. É quem chega primeiro no pesqueiro que toma conta. Existe a correria para quem chega primeiro no local né, porque chegou primeiro tem direito de permanecer nele. (P8)

Poucos, poucos que conhecem isso né, que entendem a pesca artesanal, quais são os regulamentos, quais são as práticas, onde pode entrar, onde não pode, poucas pessoas respeitam isso. (P6)

Segundo Alves (2019), o “território pesqueiro” é um lugar de saberes. “Nota-se a complexidade deste território, os quais expressam - antes de tudo - conhecimento. E quem é conhecedor destes espaços é o próprio pescador(a) artesanal” (ALVES, 2019, p. 74). Diegues (2007) explicita que o “respeito” às zonas de pesca está na base do manejo tradicional dos espaços marítimos pelos pescadores artesanais e funcionam enquanto operam a estrutura social e os valores que lhes são subjacentes.

3^a “Território Pesqueiro” e Conflitos

Por fim, a terceira categoria aglutina possíveis registros representacionais que indicam o “território pesqueiro” e seus conflitos em torno de três classes: *RESEXMAR-CA/ICMBIO; Fragilização das colônias de pescadores; Conflitos “no” e “do” território pesqueiro.*

No tocante à primeira classe - *RESEXMAR-CA/ICMBIO* - constata-se a avaliação dos pescadores a respeito da RESEXMAR-CA e do trabalho do ICMBIO. Os dados apontam que, ao mesmo tempo em que parcela dos pescadores reconhece a importância da criação da RESEXMAR-CA e sublinham que a reserva é uma conquista de direitos à comunidade pesqueira, nota-se um dissenso no grupo quanto à forma como a reserva tem sido gerida/administrada pelos órgãos de Estado. Dentre as admoestações que os pescadores atribuem à gestão da RESEXMAR-CA observa-se, preponderantemente, dois segmentos de crítica complementares: *1. Fragilidade da Fiscalização; 2. Diálogo sem efetividade*, conforme sintetizam os fragmentos:

A reserva não apoia os pescadores e a pesca. No momento (a reserva) não tão apoiando não, ninguém está apoiando o pescador no momento. A reserva dentro do Arraial do Cabo ela só veio para prejudicar o pescador, ela não veio para melhorar. Por que todos

dizem que quando você tem uma Reserva é para reservar, então você tem que cuidar e tem que botar fiscalização. Eles botam uma rede de 3 metros aqui [reserva extrativista] que é proibido, não tem fiscalização. (P3)

A reserva apoia e não apoia né. Porque a gente precisa de fiscalização e na hora não tem. Porque a gente que tem que tomar atitude né, a gente que tem que ser o próprio fiscal, o pescador tem que ser o próprio fiscal da pescaria. (P9)

A reserva trouxe melhora em termos... assim, os caras só pensam neles, essa turma de hoje, eu falo por mim dessa presidência que tá lá, os caras não querem fazer as coisas. Se tiver uma reunião, era para ter uma reunião para organizar a fiscalização de todo mundo para todo mundo pesquisar melhor, os caras ficam falando que vão fazer projeto de fazer isso, fazer aquilo e que não leva nada, não resolve nada. (P10)

Observa-se nesses extratos que a demanda dos pescadores por fiscalização na reserva ocorre, especialmente, a fim de tentar coibir tanto agentes externos que executam uma pesca tida como predatória ou que dificultam a pesca artesanal, bem como pescadores artesanais que apresentam condutas que destoam dos códigos e das regras da reserva. Nessa linha, somando essa análise aos dados aglutinados na segunda classe da categoria *Caracterização da Pesca Artesanal*, averígua-se que a denúncia e a problemática da fragilização da fiscalização da reserva situa-se em simetria com o entendimento crítico dos pescadores segundo o qual a ausência efetiva da fiscalização tem contribuído para o agravamento de uma crise recursos naturais/produtos que resulta no encolhimento da sua receita e precarização de trabalho. Segundo os pesquisadores entrevistados, os “barcos de fora” invadem de forma pirata/clandestina a reserva, promovendo uma disputa desigual e ilegal junto aos pescadores artesanais, que agora precisam passar mais tempo no mar e procurar novas zonas de pescas a fim de resguardar a sua renda: “*Tem mais esses barcos de fora predador, entendeu? Que a gente mata 100 quilos numa noite e eles matam 10 toneladas na noite é muita desigualdade*” (P6).

Aditivamente, constata-se que diante da vacuidade da vigilância/controle do Estado na RESEXMAR-CA e no interesse de salvaguardar as suas subsistências, são os pescadores artesanais que se organizam em prol de fiscalizar a pesca na reserva. Observa-se que embora haja esse movimento de engajamento dos pescadores, essa ação comunitária ainda é frágil e, por vezes, é desacreditada diante das tentativas de articulação com um poder público, sendo, assim, desenvolvido um diálogo sem efetividade. Ou seja, a representação social dos pescadores artesanais sobre o

“território pesqueiro” quando associado à reserva RESEXMAR-CA, possivelmente, traz como pano de fundo uma interpretação da *não efetividade dos seus direitos sociais/da sua cidadania* junto ao Estado, como também da falta de credibilidade dos aparelhos do Estado no controle, vigilância e articulação junto à comunidade pesqueira a fim de cumprir a finalidade da reserva.

Compondo os supracitados elementos representacionais, na segunda classe - *Fragilização das colônias de pescadores* - constata-se que os pescadores artesanais explicitam que, apesar da Colônia Pesqueira constituir-se como um dispositivo associativo político-social fundamental para a luta (WEBER, 1994) e o reconhecimento de seus direitos sociais e laborais junto ao Estado, atualmente a comunidade encontra-se enfraquecida e com reduzida articulação com o Estado. Como ilustra o fragmento a seguir:

Olha, nós não temos apoio de órgão nenhum, por que o pescador não recebe benefício de nada, entendeu. O pescador é tratado como um nada e cada um depende de si próprio, não tem colônia, não tem nada que apoia o pescador. Quando eu comecei a pescar existia uma colônia onde dava todos os recursos para o pescador, não só o próprio pescador, mas como os familiares dos pescadores. Tinha tratamento dentário, tinha médico, tinha um tipo de convênio que apoia o pescador em todos os sentidos. Hoje não... você nem sabe... quais são os direitos do pescador por que eles não passam para a gente. E se nós temos algum direito ninguém sabe. E também o quantitativo de peixe era bem mais... (P6)

Perante esses extratos, depreende-se a partir de um olhar psicossocial que o “território pesqueiro” é circunscrito por elementos simbólicos que trazem à baila o esgarçamento das relações sociais no grupo dos pescadores artesanais. Nota-se, por meio dos dados, que os pescadores artesanais avaliam de forma crítica a Colônia Pesqueira, considerando que essa foi sendo vagarosamente depauperada, tanto no âmbito da prática objetiva de prestar assistência ao pescador e organizar as demandas e lutas dos mesmos junto ao Estado, como igualmente no âmbito simbólico da sua legitimidade - crença na validade (WEBER, 1994) - e representatividade perante os pescadores.

Nesse raciocínio, a partir de Negri e Hardt (2005), é importante destacar que essa crise da Colônia Pesqueira, enquanto comunidade, ergue-se como uma problemática que traduz tipicamente o espírito social de uma modernidade na qual o sistema de produção e manutenção das riquezas dilapidam vagarosamente o

desenvolvimento, a organização e o engajamento coletivo. Para Negri e Hardt (2005), a lógica político-econômica vigente ao mesmo tempo em que espolia os trabalhadores, colocando-os em situação de precarização, contribui para dilapidação da potência comunitária de criar redes solidárias, autônomas e cooperativas, inscritas a partir das singularidades inventivas e criativas de gerenciar modos de produção e atenta a um comum que observe os âmbitos socioculturais, políticos, econômicos.

Seguidamente, complementando o mal-estar mencionado pelos pesquisadores ao representarem o “território pesqueiro” a terceira classe - *Conflitos “no” e “do” território pesqueiro* - revela os conflitos presentes no território. Por meio da análise dos dados, identificou-se que as tensões “no” “território pesqueiro” perpassam duas esferas complementares: 1^a *Política*: envolvendo os pescadores artesanais, o Estado com suas agências ambientais e a Colônia Pesqueira; 2^a *Interpessoal*: abrangendo os próprios pescadores artesanais, os surfistas, os turistas, os pescadores não-artesanais/ os “barcos de fora” e o clube de pesca. Como explicitam os fragmentos:

É que às vezes a gente quer ficar num lugar e eles (pescadores de fora) não querem sair, eles ficam naquele lugar que a gente fica, entendeu? Às vezes tem uns que respeitam e outros que não respeitam, entendeu? O pescador onde eles pescam normalmente pode atrapalhar, sim, a gente já sabe porque geralmente assim, por exemplo uma entrada de um jet ski na entrada de uma lancha aqui que isso atrapalha, mas tem a fiscalização e o que é para proteger esse lado nosso, para não deixar entrar entende, entendeu? (P9)

Agora não tem mais conflito com surfistas, antigamente tinha, antigamente porrada comia, os pescadores quebravam a prancha, mas agora não quebram prancha mais mesmo, as coisas eram demais. A turma que brava tudo das antigas. É sim relacionado, onde a gente pesca, os caras querem surfar onde tem peixe, aí o bicho pega. (P7)

Por sua vez, as tensões “do” território pesqueiro atribuídas pelo grupo investigado são perpassadas, como mencionado anteriormente, pela crise ambiental causada pelas mudanças na natureza, pela negligência do Estado diante da frágil fiscalização e do descumprimento dos direitos dos pescadores artesanais, e pela desarticulação da Colônia Pesqueira. Em outras palavras, essas tensões “do” território pesqueiro convergem para a preocupação central com a subsistência econômica desses indivíduos. De acordo com os relatos, observa-se que as mudanças ecossistêmicas/naturais afetam diretamente o sustento desses pescadores, uma vez que eles afirmam ter menos acesso aos pescados. Além disso, a falta de fiscalização efetiva

do Estado no “território pesqueiro” tem permitido que embarcações externas atuem de forma pirata/clandestina na RESEXMAR-CA, explorando os recursos naturais e pescados que são exclusivos dos pescadores artesanais.

Por fim, a desarticulação da Colônia Pesqueira afeta a renda desses pescadores, já que ela tem deixado de executar e informar sobre os serviços de apoio do Estado destinados a esse grupo. Logo, é possível apontar que o conflito “*do*” território pesqueiro, segundo os investigados, dá-se a partir da combinação de um entendimento de que a renda dos pescadores tem sido estrangulada por múltiplas frentes que tateiam fatores naturais, fatores da política institucional do Estado e fatores da organização dos mesmos em coletivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em alinhavo, depreende-se a partir de um olhar psicossocial (MOSCOVICI, 2012) articulado com os estudos da antropologia marítima (DIEGUES, 2004) que as representações sociais do grupo de pescadores artesanais investigados a respeito do “território pesqueiro” de Arraial do Cabo (RJ) situem-se, possivelmente, em torno de três marcadores representacionais complementares: *Espaço constitutivo da identidade; Ambiente de Trabalho; Lugar do abandono do Estado e da Colônia de Pescadores*.

No que diz respeito ao primeiro marcador representacional - *Espaço constitutivo da identidade* - denota-se que o “território pesqueiro” é representado pelos pescadores artesanais como um lócus que tece as suas identidades a partir de relações sociais conflitivas ou não com outros pescadores artesanais do seu grupo familiar e não familiar. Além disso, o “território pesqueiro” é visto como um ambiente no qual são partilhados saberes, experiências, regras, normas, crenças, valores, tradições e representações, conferindo-lhe uma importância fundamental na vida desses pescadores.

Nesta perspectiva, os pescadores artesanais enxergam o “território pesqueiro” como o local onde exercem sua profissão, e é nesse contexto que a atividade pesqueira adquire significado e relevância. A relação dos pescadores com o território vai além da simples exploração dos recursos naturais, pois ele é também o espaço onde ocorrem as práticas sociais e se manifestam os elementos afetivos e históricos do seu grupo social. É nesse ambiente que as tradições são preservadas e transmitidas de geração em geração, fortalecendo a identidade desses pescadores.

Assim, o “território pesqueiro” não é apenas um local geográfico, mas um verdadeiro receptáculo de elementos simbólicos que conferem prestígio e honra aos pescadores artesanais. Através do seu trabalho e da relação estreita com o território,

esses pescadores constroem sua reputação e são reconhecidos como detentores de conhecimentos tradicionais e habilidades únicas. Dessa forma, o ofício no “território pesqueiro” não apenas os sustenta materialmente, mas também traz uma sensação de orgulho e distinção, enaltecendo sua posição na comunidade e reforçando sua identidade como pescadores artesanais.

No que diz respeito ao segundo marcador representacional - *Ambiente de Trabalho* -, depreende-se, conforme os relatos dos pescadores artesanais, que o “território pesqueiro” é representado como o espaço onde ocorre a jornada de trabalho e o meio pelo qual eles obtêm parte do seu sustento e renda. No entanto, há uma clara percepção de incerteza e desafios relacionados à atividade pesqueira nesse contexto.

Atualmente, de acordo com o grupo investigado, o “território pesqueiro” não oferece mais os mesmos recursos naturais e produtos que costumava fornecer devido à crise ecossistêmica que enfrentam. Além disso, o território é atravessado por disputas e conflitos envolvendo diversos atores sociais e instituições, com destaque para o Estado e suas agências ambientais. Esses embates representam um risco constante para o futuro da atividade pesqueira nesse ambiente.

Apesar desses desafios, o “território pesqueiro” ainda é valorizado como o local que garantiu o passado dos pescadores, continua a assegurar seu sustento no presente, embora sob ameaça, e enfrenta incertezas em relação ao seu futuro. Essa dualidade entre a importância histórica do território e as incertezas e riscos que ele enfrenta reflete a complexidade da realidade vivenciada pelos pescadores artesanais. Assim, o “território pesqueiro” é visto como um espaço de trabalho essencial, porém fragilizado, no qual os pescadores enfrentam constantes desafios e incertezas em relação à continuidade da atividade. A crise ecossistêmica e as disputas envolvendo diferentes atores sociais e instituições colocam em evidência a precariedade do ambiente de trabalho dos pescadores artesanais, trazendo à tona a necessidade de medidas e ações para garantir a sustentabilidade e o futuro dessa atividade no “território pesqueiro”.

Por sua vez, o terceiro marcador representacional - *Lugar do abandono do Estado e da Colônia de Pescadores* - evidencia o desamparo que os pescadores artesanais indicam sofrer por parte do Estado e da Colônia de Pescadores, ao representarem o “território pesqueiro”. Conforme os dados, observa-se que os pescadores artesanais denunciam a frágil fiscalização e vigilância do Estado no território, o que os leva a uma crítica sobre a falta de apoio e omissão do Estado em relação à sua atividade.

Essa prevaricação do Estado tem contribuído para que a finalidade de preservar o modo de vida dos pescadores tradicionais, beneficiando as gerações presentes e

futuras, promovendo a conservação dos ecossistemas costeiro e marinho, e proporcionando oportunidades de emprego e renda através de outras atividades tradicionais de forma equitativa, conforme preconizado pelo RESEXMAR-CA (ICMBIO, 2020), esteja sendo gradualmente dilapidada. Esse cenário coloca em risco não apenas a profissão dos pescadores, mas, principalmente, o seu sustento e bem-estar, além da própria identidade coletiva, uma vez que essa está atrelada aos modos de ser e fazer do grupo.

Os pescadores artesanais sentem-se desamparados e relegados a uma condição de subcidadania por parte do Estado. A falta de apoio e a omissão em relação às demandas e necessidades desse grupo profissional agravam ainda mais essa situação. A representação social do “território pesqueiro” está intrinsecamente ligada a essa falta de suporte institucional, resultando em um sentimento de abandono e desesperança por parte dos pescadores artesanais.

Além disso, os pescadores apontam a fragilidade da articulação comunitária em torno da Colônia de Pescadores como mais um elemento que agrava essa situação. A falta de assistência e de uma representação forte e efetiva por parte da Colônia de Pescadores impactam negativamente no sustento e na proteção dos interesses dos pescadores artesanais.

Perante esses resultados reveladores, é crucial reconhecer a complexidade dos elementos simbólicos presentes nessas representações, a fim de aprofundar o estudo em investigações futuras. Seria oportuno explorar o “território pesqueiro” não apenas como um local de trabalho e produção, mas como um espaço vital para a identidade dos pescadores artesanais, fundamental para seu sustento e também para sua cidadania.

Compreender o “território pesqueiro” como um espaço vital para a identidade dos pescadores artesanais implica reconhecer que suas vidas e trajetórias estão intrinsecamente entrelaçadas com essa paisagem costeira e marinha. Os saberes, as tradições, as práticas e as representações simbólicas que emergem desse ambiente pesqueiro são elementos centrais na formação da identidade desses pescadores, moldando sua visão de mundo e conferindo-lhes um senso de pertencimento e de valorização.

Além disso, o “território pesqueiro” desempenha um papel essencial na garantia do sustento desses pescadores artesanais. É nesse ambiente que eles encontram os recursos naturais necessários para sua atividade, seja para o consumo próprio, seja para a comercialização. A relação estreita com o território é o que permite que esses pescadores obtenham sua renda e sustentem suas famílias, tornando-o uma fonte vital de subsistência.

No entanto, é fundamental destacar que a importância do “território pesqueiro” vai além da esfera individual. Ele desempenha um papel central na construção da cidadania dos pescadores artesanais. Ao reivindicarem o reconhecimento e a proteção de seus direitos, os pescadores estão lutando por uma cidadania plena, que englobe não apenas direitos políticos e sociais, mas também o direito de preservar seu modo de vida, sua cultura e sua relação com o ambiente em que vivem.

Portanto, investigar mais profundamente o “território pesqueiro” como um espaço vital para a identidade, o sustento e a cidadania dos pescadores artesanais é um passo necessário para compreender a complexidade desse contexto e buscar soluções que garantam a proteção e a valorização desses profissionais. É por meio desse olhar mais abrangente que poderemos encontrar alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras, respeitando sua história, suas tradições e seu papel fundamental na preservação dos ecossistemas costeiro e marinho.

Referências

ABRIC, J. C. Les representations sociales: aspects théoriques *In: Abric J. C. (org.). Pratiques sociales et représentations.* Paris: PUF, 1994.

ALVES, T. S. Entre Conceitos e Metodologias para compreender o saber-fazer-ser dos pescadores(as) artesanais. *In: De PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (orgs.) Geografia e Pesca Artesanal.* Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

ARRAIAL DO CABO. **Lei Municipal nº 1804, de 07 de maio de 2013.** Considera Patrimônio Cultural de natureza imaterial, a Pesca Artesanal de Arraial do Cabo. Disponível em:

<https://www.arraial.rj.gov.br/publicos/19ddd205f-a4d1-4b34-95b5-e611a07a7019.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BEN ALAYA, Dorra. Pensamento social e a questão da racionalidade. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 17, n. 50, p. 16-29, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/8554>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BERGMAN, P. L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BRASIL. **Lei nº 11959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. Brasília, 07 de fevereiro de 2007.

CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. **Revista Crítica de**

Ciências Sociais. [Online], 116 | 2018, p.71-102. Disponível em:
<http://journals.openedition.org/rccs/7227>. Acesso em: 22 maio 2023.

CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; SILVA, Teófilo Augusto da. Responsabilidade social offshore: ausência do Estado, incentivos privados e ressonância da fala dos pescadores artesanais, **WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers**. 2(4), 154-172, 2015. Disponível em:
<https://waterlat.org/WPapers/WPSATCTH24.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

DESCHAMPS, Jean Claude; MOLINER, Pascal. **A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais**. Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIEGUES, A. C. S. **Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicionais na Resex Marinha do Arraial do Cabo**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **A Pesca Construindo Sociedades: Leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: Leituras em sócio antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A.C.S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ensaio 94, 1º ed. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DOISE, Willem. L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. **Bulletin de psychologie**. V. 45, n. 405, 1992. Disponível em:
www.persee.fr/doc/bupsy_0007-4403_1992_num_45_405_14126

DUMITH, R.C. Comunidades tradicionais e seus embates com o estado: um olhar especial para os pescadores costeiros artesanais. In: De PAULA, C. Q.; SILVA, C. N.; SILVA, C. A. (orgs.) **Geografia e Pesca Artesanal**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conversação da Biodiversidade). **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo**. Arraial do Cabo: ICMBIO, 2020. Disponível em:
https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-marinha-do-arraial-do-cabo/arquivos/plano_de_manejo_resex_marinha_do_arraial_do_cabo.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

JODELET, D (org.) Representações Sociais: Um domínio em Expansão. In: **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 17- 44; 187-203, 2001.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Tradutora Lilian Ulup. Paris: Éditions des archives contemporaines; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPRess, 2017.

KUHN E. E GERMANI, G. **O pescador artesanal e a geografia: diálogos possíveis**. Universidade Federal Fluminense, 2008. (no prelo). Disponível em:
<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12827960/o-pescador-artesanal-e-a-geografia-dialogos-possiveis-uff>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MALDONADO, S. C. O. caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples. In: Diegues, A. C. (org.) **A imagem das Águas**. São Paulo: NUPAUB, 2000.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 358-375, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143760>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MESQUITA, P. S. B. Perfil da pesca artesanal na Bacia de Campos/RJ. **GeoPUC - Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC**. Rio Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 96-114, jan-jun. 2021.

MOLINER, Pascal (org). Dynamique des représentations sociales. Grenoble, France: PUG, 2001.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Multidão: guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OIT (Organização Internacional Do Trabalho) (org.). **Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward**. 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_797515.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

PEA Pescarte. **Projeto de mitigação ambiental**. Campos dos Goytacazes: PETROBRAS/ IBAMA/ UENF, 2015.

PEREIRA, Walter Luiz C. de Mattos. 2010. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo. **Estud. hist.** (Rio J.) vol.23 no.46 Rio de Janeiro. Jul/Dez. Pag. 1943-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000200006>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Paulo Sergio Barreto. A pesca artesanal de canoas de borçada de arraial do cabo. **Tese de Doutorado em Psicologia Social**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

SILVA, L. G. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920- 1980)**. Série documentos e relatórios de pesquisa. São Paulo, 2004. 87 p.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 379-405, maio 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 1994.